



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE  
CONTROLADORIA GERAL**

Soure, 02 de março de 2023

**PARECER DO CONTROLE INTERNO**

**ORIGEM: Processo de Licitação N°6.2023-012- Inexigibilidade.**

**ASSUNTO: Solicitação de Parecer.**

**REQUERENTE: Comissão Permanente de Licitação.**

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 3.044/2005, e de acordo com o que se estabelece junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, nos termos do §1º, do art.11, da RESOLUÇÃO N° 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público. Veio a conhecimento desta Unidade Central de Sistema de Controle Interno, o processo Licitatório modalidade Inexigibilidade, que pede análise e parecer dos atos realizados pelo Presidente e equipe de Apoio da Comissão de Licitação, que versa sobre a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA (III ENCONTRO PEDAGÓGICO), PARA PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SOURE, NO PERÍODO DE 06 A 01 DE MARÇO DE 2023.**

A modalidade adotada no processo licitatório foi à modalidade **INEXIGIBILIDADE**, previsto na Lei 8.666/93, e Lei Complementar n°. 123/2006 e Lei Complementar n°. 147/2014 e demais normas pertinentes.

**I - DOS FATOS.**

A Unidade Central de Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados da escolha da modalidade adotada para contratação do profissional abaixo relacionado, se posiciona de **ACORDO** com a forma escolhida.

**II - CONCLUSÃO.**

Esta Controladoria se posiciona **FAVORÁVEL** a contratação dos Favorecidos:

- DOMENICO GOES MICCIONE, registrado com o CPF: 064.346.652-53 na ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- RUTH HELENA BARROS SILVA, registrado como CPF: 281.942.682-49 na ordem de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais);
- JOSILEIDE PEREIRA PRAZERES, registrado como CPF: 070.313.047-17 na ordem de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), de acordo com o que estabelece as leis vigentes no país.

É o relatório,

Salvo Melhor Juízo.

Soure - PA,

**Antonio da Silva Fernandes  
Controle Interno**